

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Igualdade e Diferença.

**O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO  
DE GÊNERO**

Maria Auxiliadora de Araújo Menezes

Polo Itabira, Minas Gerais  
UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais

2016

Maria Auxiliadora de Araújo Menezes

**O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO E  
DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Igualdade e Diferença.

Orientador: Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Polo Itabira, Minas Gerais

UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais

2016

Maria Auxiliadora de Araújo Menezes

O PAPEL DA ESCOLA NA SUPERAÇÃO DO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Igualdade e Diferença.

Orientador: Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Professor (a): \_\_\_\_\_

Professor (a): \_\_\_\_\_

"As Informações Contidas neste trabalho Monografia são de Inteira Responsabilidade do Autor"

Polo Itabira, Minas Gerais

UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais

2016

A meu esposo Hélio, meus filhos Émile e Erik meus familiares e em especial a minha irmã Flávia pelo incentivo e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus e a todos que passaram pela minha vida nesse tempo, inclusive ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Henrique de Queiroz Nogueira que tornou possível a realização deste trabalho e que, mesmo sem saber, me ensinaram mais do que posso dizer em palavras.

Aos meus pais e familiares inclusive meu esposo e minha irmã Flávia que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades e me proporcionando momentos de alegria frente às tensões desse trabalho, a tutora Érica pelo incentivo e apoio, a coordenadora Lúcia Altoni que muito me ajudou na reta final deste trabalho, me orientando e acalmando minhas ansiedades.

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho minha eterna gratidão, em especial: a colega Cleunice pelo apoio em todos os momentos necessários.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>BREVE CONCEITO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Preconceito e Discriminação de Gênero.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA.....</b>	<b>16</b>
<b>3.1</b>	<b>Diretrizes Curriculares: Diversidade e Gênero.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>GÊNERO: MAIOR MOTIVO DE DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS.....</b>	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>Papel da família e da escola.....</b>	<b>21</b>
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLOGIA.....</b>	<b>25</b>
<b>5.1</b>	<b>Caracterização da amostra.....</b>	<b>25</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADO E DISCUSSÃO.....</b>	<b>29</b>
<b>7</b>	<b>DISCUSSÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>9</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>33</b>
<b>10</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>36</b>

## RESUMO

Ao longo da história o processo de inclusão vem sofrendo mudanças, quando relacionado ao papel da escola na superação do preconceito e discriminação de gênero. O objetivo do estudo foi relatar as concepções e crenças dos professores e dos pedagogos em relação às questões do preconceito de gênero (masculino e feminino) de uma escola pública de Ipatinga/MG, relatar o processo de inclusão desses alunos e as dificuldades que os profissionais apresentam. Foi realizada uma entrevista semiestruturadas com os profissionais (professores e pedagogos) para, compreender sua formação, e como lidam com o preconceito de gênero tanto em sala de aula como principalmente na hora do recreio que é o momento em que os alunos se sentem mais livres para expressarem o que pesam, bem como entender qual é o papel da escola frente a essas questões e se esse papel é realmente exercido. Como resultado, observou-se que todos os entrevistados, possuem formação e tem idade entre 27 e 42 anos. Os entrevistados fizeram diversas considerações sobre a discriminação que existe ente meninos e meninas e relataram que uma escola é inclusiva quando observa todas as diferenças e promove o direito a todos de sentirem iguais sem preconceito sendo atendidos igualmente em suas necessidades. A escola ao qual trabalham não pode ser considerada totalmente inclusiva devido à concepção dos pais e da comunidade e até mesmos de alguns profissionais em relação ao tema proposto no estudo o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho mais aberta a essas questões. Conclui-se que tanto pedagogos quanto professoras desejam uma escola inclusiva e aberta à diversidade onde todos os alunos sem distinção, possam se desenvolver em sua amplitude.

**Palavras-chave:** Preconceito. Concepções e mito. Discriminação de gênero. Papel da escola

## ABSTRACT

Throughout history, the inclusion process comes suffering changes, when related to the paper of the school in the overcoming of the preconception and discrimination of sort. The objective of the study was to tell to the conceptions and beliefs of the professors and the pedagogues in relation to the questions of the preconception of sort (masculine and feminine) of a public school of Ipatinga/MG, to tell to the process of inclusion of these pupils and the difficulties that the professionals present. An interview half-structuralized with the professionals was carried through (professors and pedagogues) for, to understand its formation, and as they deal in such a way with the preconception of sort in classroom as mainly in the hour of the recreation that is the moment where the pupils if they feel freer to express what they weigh, as well as understanding which is the paper of the school front to these questions and if this paper really is exerted. As result, it was observed that all the interviewed ones, possess formation and has age between 27 and 42 years. The interviewed ones had made diverse considerations on the discrimination that exists being boys and girls and had told that a school is inclusive when it observes all the differences and it promotes the right to all to feel equal without preconception being taken care of equally in its necessities. The school which works cannot be considered total inclusive had the conception of the parents and of the community and until same of some professionals in relation to the subject considered in the study what it makes it difficult the development of an opened work more to these questions Is concluded that in such a way pedagogues how much teachers desire an inclusive and open school to the diversity where all the pupils without distinction, can be developed in its amplitude.

**Key words:** Preconception. Conceptions and myth. Discrimination of sort. Paper of the school



## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pressupõe que vivemos em uma sociedade extremamente marcada pelas diferenças de gênero que se referem às construções e às expectativas sociais sustentadas em relação ao ser homem e ser mulher. Desde pequenos, meninos são educados para agirem de uma determinada forma e meninas de outra.

É notório isso também nas escolas, mas principalmente na hora do recreio onde meninos e meninas são separados pelo sexo, pelas características físicas e anatômicas dos corpos, pelos órgãos genitais, momento em que acontece a fila para sair e voltar para sala de aula e realização das brincadeiras dirigidas ou espontâneas.

Observando esses fatos corriqueiros do dia a dia é evidente que naturalmente, essas expressões manifestações preconceito e a discriminação, o que configura em um grande erro dos profissionais responsáveis por essas crianças.

As ciências sociais enfatizam que as identidades masculinas e femininas não são construções biológicas, são culturais, engendradas sobre os corpos através da história, ou seja, as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos, assim como a classe social e raça/etnia (HEILBORN, 1997).

Sabe-se que, no ambiente escolar, é inegável a presença da discriminação no que se refere ao gênero masculino/feminino, pois mesmo inconsciente, as crianças são classificadas, com regras estabelecidas para meninos e meninas.

Uma vez observadas estas questões, é do saber de todos que é na escola onde as crianças manifestam relações diversas, apresentando questões recorrentes quanto à formação do sujeito, personalidade, caráter, entre outros. Meninos e meninas estão inseridos no mesmo espaço, surgindo assim os conflitos, bem como é preciso que haja uma reflexão profunda da questão por parte de cada educador:

Deste modo, este estudo se justifica pelo fato de que é necessário e urgente que os educadores desenvolvam ações para a desmistificação das diferenças de gênero assim como se questionarem como devem atuar diante dessa realidade e de que forma contribuem para esse tipo de preconceito dentro do seu ambiente do seu trabalho.

Assim, a pesquisa teve como objetivo principal abordar as diversas teorias apresentadas por inúmeros e renomados autores, enriquecendo assim o conhecimento sobre

esse assunto que faz parte da formação de nossos educandos quando repensamos nossas práticas pedagógicas.

Analisar, por meio de pesquisas, observações e entrevistas com professores e pedagogos que servirá de suporte para o relato das diversas, formas de preconceito de gênero existentes nas escolas, os processos de formação e implementação de políticas educacionais que possam apontar caminhos imediatos para a neutralização de quaisquer tipos de discriminação, intolerância e aceitação das diferenças existentes no espaço escolar.

Nesse sentido, a escola deve criar estratégias significativas que atentam para o respeito às diferenças no espaço escolar e social, mesmo sabendo que não é uma tarefa fácil, pois:

[...] transformar as relações de gênero é algo que vai muito além do que juntar meninos e meninas nos trabalhos escolares (...). Não é uma mudança apenas racional, pois mexe com as emoções, com relações investidas de afeto, além de incidir nas estruturas institucionais. (ALBERNAZ e LONGHI, 2009 p. 85)

Como objetivos específicos, o estudo propôs: indicar quais soluções está sendo discutidas para diminuir ou erradicar a discriminação e o preconceito de gênero no âmbito educacional; descrever como está ocorrendo à implementação de estratégias norteadoras ao combate à discriminação de gênero no espaço escolar.

Analisar as principais ações que a escola tem feito para desmistificar as diferenças de gênero e como essas diferenças se expressa na educativa escolar analisando os pareceres de diversos autores e profissionais da escola sobre o assunto e, por fim identificar as maiores dificuldades, que esses profissionais encontram para apontar soluções para diminuir ou erradicar a discriminação e o preconceito de gênero no âmbito educacional, mas principalmente no momento do recreio em que os adolescentes encontram, pois é preocupante essa situação que se vive na atualidade na qual todo ser humano está inserido e quase nada é feito para pelo menos amenizar o problema.

Dessa forma, no primeiro capítulo foi abordado o conceito da diversidade de gênero, relacionando ao preconceito e discriminação que a sociedade hoje, ainda insiste em definir padrões de papéis femininos e masculinos o que leva homens e mulheres a se prenderem em papéis rígidos que oprime as características pessoais de cada um.

No capítulo 2, foi apresentada a questão do gênero e a diversidade na escola, e como esta pode mover ações para desconstruir preconceitos existentes no ambiente escolar tendo por base as diretrizes curriculares que regem o sistema educacional.

O capítulo 3 destinou-se a fazer uma análise sobre o gênero (masculino e feminino) por ser um dos maiores motivos de discriminação nas escolas, como também analisar o papel da família e da escola frente a essa discriminação.

## 2. BREVE CONCEITO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO

O conceito de gênero passou a existir com a necessidade de desconstrução da aversão conjugada entre os sexos, na tentativa de acender a possibilidade de compreensão e inclusão de diferentes formas do masculino e do feminino presente em toda a sociedade tanto brasileira quanto mundial que frequentemente eram apontados como uma hibridez do padrão estabelecido como machos e fêmeas biológicos (SCOTT, 1995, p. 89).

Alguns estudos realizados mostram que nos anos de 1970, o conceito de gênero foi instituído pelo pensamento feminista, com base no raciocínio, de que na espécie humana há machos e fêmeas, mas a forma de se portar como homem ou mulher é instituído pela cultura.

Embora os estudos de gênero prossigam dando prioridade as análises sobre as mulheres, estes atualmente formas mais específica, pois se referem também aos homens como assevera Louro (1997):

“[...] , pois na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, obriga aqueles/as que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afasta-se (ou tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gêneros diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem”. (LOURO, 1997, p. 22-3).

A questão de gênero no Brasil tornou-se expressiva por meio do movimento feminista nesta mesma década ao lado de outros movimentos sociais que segundo Sarti (1988) o feminismo:

Foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina (SARTI, 1988, p. 41).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) institui que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” colocando homens e mulheres como centro da história, determinado por sua humanidade e não por sua classe social.

A partir dessa declaração o Brasil aprovou uma série de estatutos sendo um deles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que asseguram à criança e ao adolescente o

direito fundamental da educação que deve estimular o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, de valores e atitudes em favor de uma sociedade justa para todos.

Para Heilborn (1997), “o conceito de gênero aponta para o conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos, estabelecendo a ideia de masculino e feminino”.

A autora enfatiza ainda, que as identidades masculinas e femininas não são construções biológicas, são culturais, e que as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos.

O paradigma que se encontra na literatura a respeito da diversidade revela que o conceito de Identidade de gênero independe do sexo, pois conforme Louro (2004<sup>a</sup>):

Um ser humano pode ter a identidade de gênero de mulher, de homem ou ainda outras identidades de gênero possíveis dentro dos padrões considerados pela sociedade. Adverte ainda que a identidade de gênero é uma construção social, e não um signo físico ou biológico (LOURO, 2004a, p.130).

Neste sentido, a identidade de gênero e orientação sexual são valores ou conceitos pré-construídos e compartilhados pelas instituições sociais tais como: igreja, a família e a escola que ao longo do tempo são reforçadas fiscalizadas ao longo do tempo por toda a sociedade, mas principalmente por essas instituições.

Deste modo, diversas iniciativas, disseminadas em todo o país foram alvo de discussões em que questões como corpo, sexualidade, gênero, identidade de gênero e orientação sexual foram pautadas e que, conforme Butler (2003, p.26) são discussões de gênero que não excluem e nem diminuem a importância das reflexões sobre a regulação social da sexualidade.

Butler acredita que é preciso tratar os papéis homem-mulher, feminino-masculino não como categorias fixas, mas seres em constante mutação, isto é, fora do padrão voltado para a reprodução.

Em razão disso, existem estudos que segundo Hofstede, (1984) aceitam a concepção de que, se há diferenças biológicas que caracterizam o pertencimento ao sexo masculino ou ao feminino há também a masculinidade ou feminilidade que é uma construção social e reproduz as condições contextuais desenvolvidas e reforçadas pelas instituições que compõem o estado ou nação.

Neste contexto, pode-se afirmar que a sociedade hoje, ainda vive padrões de papéis femininos e masculinos explicitamente no cotidiano, o que pode prender homens e mulheres em papéis rígidos que oprime as características pessoais e individuais de cada um.

## **2.1 Preconceito e Discriminação de Gênero**

É importante aprofundar a discussão de desigualdade que gera o preconceito e a discriminação de gênero em sua dimensão masculina e feminina por ser um elemento diferenciador acerca do significado de ser sujeito de sua identidade sexual.

O preconceito e a discriminação sejam por qual motivo for são fatos que se arrastam ao longo da história da humanidade e são a base de toda a violência cometida em todo o mundo. Esse posicionamento aponta para a necessidade da reflexão sobre a complexa diversidade do preconceito e da discriminação e gênero que de acordo com Nancy Fraser (2003) é preciso entender o conceito de gênero como uma construção cultural.

Nesta mesma linha de pensamento Pierre Bourdieu adverte que:

Quando se fala que gênero, classe e outras denominações são construídas socialmente, é preciso lembrar que existem condições e mecanismos sociais de construção dos construtores, sendo que um deles é o Estado por ser construtor de agentes através da interferência de identidades legítimas. Assim a ordem masculina e feminina, está inscrita tanto nas instituições por meio das palavras e nos corpos (BOURDIEU, 1998, P. 23).

Há grandes diferenças entre homens e mulheres, e isso todos sabem, porém são diferenças biológicas e não em relação ao gênero, mas o que ainda se vê na atualidade em pleno século XXI é um grande aumento da violência, relacionada à discriminação de Gênero que existe em toda parte do mundo.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que para uma análise mais profunda das desigualdades de gênero pela busca de uma identidade esta deve ser uma questão de escolha pautada na naturalização do comportamento feminino e ou/masculino, pois se sabe que uma determinada identidade de gênero é fruto da experiência e dos elementos culturais e discursivos que circundam o ser humano.

Nesse sentido são exatamente esses elementos culturais que são transmitidos e naturalizados e reforçados a cada dia em nossa sociedade, tanto na sociedade midiática, mas principalmente no universo das escolas que tendem a rotular e discriminar o que é adequado ao sexo masculino e o que é adequado ao sexo feminino. Mas afinal, qual é a diferença entre homem e mulher frente as relações sociais em pleno no século XXI?

A discussão acerca dessas desigualdades não é recente, sendo que a concepção das diferenças entre os sexos sempre foi marcada no corpo e somente começaram a diminuir com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e com as reivindicações o movimento feminista iniciado na década de 60 que provocaram grandes transformações no mundo moderno.

Vale ressaltar que o movimento feminista foi o que mais gerou propostas reais de mudanças no que tanga às diferenças entre homens e mulheres.

Segundo Silveira (1997) o movimento feminista proporcionou à sociedade compreender que as mulheres não eram mais um grupo oprimido, vitimizado, e que tinham que sofrer as consequências de pertencer a uma sociedade repressora e preconceituosa, e muito menos discriminatória correlacionada ao gênero masculino.

Porém foi na década de 90 que teve início um grande processo de expansão dos direitos humanos marcado por uma grande mobilização internacional, com o envolvimento de todas as esferas que compõem uma nação com o objetivo de reconhecimento do caráter político dos instrumentos na garantia dos direitos humanos em que de acordo com Pitanguy (2003), o seu conteúdo expressava o jogo de alianças, tensões e embates no cenário nacional e internacional.

Neste sentido, ainda se sabe que, mesmo com os avanços propostas pelas alterações na legislação é preciso mudar uma cultura enraizada em que se expressam as desigualdades nas relações de gênero. Por isso, o maior problema a ser vencido é a própria cultura que, de um ponto de vista político histórico necessita reformulações de estratégias que resultem em mudanças sociais para que a sociedade possa caminhar na superação dessa desigualdade.

No entanto, isso só será possível através de um processo de educação permanente nas escolas que tem a responsabilidade de apontar caminhos para a construção de outra sociabilidade capaz de promover uma cultura de respeito e convivência com a diferença.

### 3. GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

É sabido que é na escola onde centraliza uma boa parte de nossa sociedade, e é nesse ambiente onde se espera uma grande formação de nossos cidadãos, mas infelizmente, muitos conflitos vêm surgindo no espaço escolar, dentre eles, um notório preconceito de gênero.

Acredita-se que essas reflexões em busca de entendimentos, compreensão do assunto e uma possível maneira de tentar analisar a questão do preconceito de gênero nas escolas, pois é uma questão que requer muitos estudos, análises e muita reflexão.

Para Heilborn (1997), o conceito de gênero aponta para o conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos, estabelecendo a ideia de masculino e feminino. Enfatiza ainda, que as identidades masculinas e femininas não são construções biológicas, são culturais, e que as diferenças de gênero são principalmente diferenças estabelecidas entre homens e mulheres por meio das relações sociais que se dão na história, fazendo de gênero uma categoria de classificação dos indivíduos.

Alguns estudos realizados mostram que nos anos 1970, o conceito de gênero foi instituído pelo pensamento feminista, com base no raciocínio, de que na espécie humana há machos e fêmeas, mas a forma de se portar como homem ou mulher é instituído pela cultura.

Constantemente ouve-se falar sobre regras e normas a serem seguidas pelas pessoas para o bom convívio social, denominada moral, mas entendida pela sociedade também como preconceito e um enorme desrespeito para com o ser humano.

Segundo Vásquez (1990, p. 25):

“[...] Moral é conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social.”

Contudo, o significado e a compreensão podem variar historicamente dentro da sociedade e no meio escolar.

Muitas vezes, essas regras em função da moral é que causam os conflitos dentro do espaço escolar, as quais são ditadas e preestabelecidas para serem seguidas e não refletidas.

No decorrer de sua vida, o ser humano incorpora valores, ideias, modos de pensar e agir que não são aceitáveis por todos. Essa é à base do preconceito que se denomina estereótipo que é apresentado por Heller (1992) como:

“[...] um padrão mental de avaliação da realidade que se expressa através de atividades, no preconceito propriamente dito”.



As pessoas constroem suas representações nos seus grupos sociais, e também em seu laço familiar, o que muitas vezes não é aceito pelas pessoas da sociedade e universo escolar. Muitos dos preconceitos decorrem desse processo e dos equívocos que esses podem gerar.

De acordo com o conceito estabelecido por MClaren (1997, p. 212): “Preconceito é o pré-julgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas...”

Cada pessoa tem sua forma de pensar e agir, desde que sejam respeitados os direitos de cada cidadão. E isso deve sempre ser refletido em todas as instituições inclusive nas escolas.

Porém muitas escolas ainda hoje resistem à inserção de discussões frequentes sobre a diversidade de gênero em seu cotidiano e currículo formal.

É fato observado por Camargo e Ribeiro (2003) que destacam que a escola vê nesta temática “algo inapropriado, para os alunos, alguns educadores, mas principalmente pelos familiares, que consideram que a discussão dessa temática na escola estimularia precocemente a descoberta da sexualidade em crianças e adolescentes”.

A verdade é que a escola na maioria das vezes não consegue acompanhar o ritmo de informações que acontecem freneticamente na sociedade atual e acabam optando por continuar a manter a sua função de reprodutora de estereótipos que não mais condizem com o perfil da sociedade contemporânea (REVISTA MEMENTO, 2012, V. 3, n. 1).

Nessa perspectiva, a escola deve ser a primeira instituição a reconhecer a sua verdadeira função e buscar romper todo e qualquer obstáculo e aceitar o novo como um desafio a ser enfrentado na direção e formação da mentalidade das crianças e jovens que nela estão inseridos, e que estes sejam capazes de mudar princípios morais e normas culturais que persistem em contaminar a sociedade.

### **3.1 Diretrizes Curriculares: Diversidade e Gênero**

Abordar o tema das relações de gênero no contexto escolar é preciso estar preparado para enfrentar o preconceito e a discriminação. Tendo como perspectiva o direito à diversidade seja ela de gênero ou não a educação em direitos humanos é um dos eixos que norteiam todo o currículo da educação básica.

A atual discussão sobre o tema diz que a responsabilidade é de todas as áreas de conhecimento e que os direitos humanos quando inserido na educação como ação educativa

produz conhecimento para que as pessoas possam se emancipar e repudiarem todas as formas de violência. Além de compor a parte diversificada do currículo.

As questões da diversidade abordadas e orientadas pelas diretrizes curriculares nacionais da Lei nº 9394/96 aliadas a outros instrumentos internacionais e nacionais tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)- e o mais recente Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006 dentre outros têm por objetivo comum ampliar e fortalecer a educação de crianças, jovens e adultos para a aprendizagem de valores humanos, tendo em vista o respeito, a cidadania, a solidariedade e a ética para a vivência de uma cultura do desenvolvimento da justiça social.

Nessa perspectiva, um currículo deve apresentar em sua proposta a promoção de uma discussão e participação coletiva para que as práticas educativas sejam consolidadas e compartilhadas com todos os envolvidos no processo educacional.

Como bem observado por Benevides (2000) que afirma:

A educação em Direitos Humanos possui três pontos fundamentais: é uma educação de natureza permanente, continuada e global; é uma educação voltada para mudança cultural e, por último, é uma educação em valores para atingir tanto a razão quanto a emoção (Benevides 2000 p. 346).

Nesse sentido, a escola é o espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio, pois através de um trabalho educativo com os alunos e com a família, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares deve priorizar os referenciais de gênero e diversidade buscando subsídio nos conhecimentos científicos e não em valores e crenças pessoais.

Na busca da construção de uma formação que eduque para a cultura do respeito aos direitos humanos as orientações curriculares da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB) orienta a escola se organizar a partir de critérios e conteúdo que tenham relevância sociocultural consideração às dimensões biológica, psíquica de modo a possibilitar ao aluno o seu desenvolvimento no âmbito pessoal. Não se pode negar ou fechar os olhos para as muitas diferenças nos comportamentos de meninos e meninas.

É inevitável reconhecê-las e trabalhar para não transformá-las em desvantagens. Esse é o papel do professor que junto a escola tenha o propósito de combater as relações autoritárias e os padrões de conduta que foram estabelecidos desde os primórdios para homens e mulheres.

No Brasil, a educação inclusiva através do Plano Nacional de Educação, de 2001 (Lei nº 10.172) assegura o direito à escola a todas as pessoas sem discriminar indivíduos ou grupos humanos, conforme observado por Louro (2004a):

As políticas curriculares são alvo da atenção de esferas conservadoras, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sadios. (LOURO, 2004a, p.130).

Diante disso, e frente a uma nova realidade da apresenta pela sociedade a inclusão da categoria de gênero assim como de outras categorias como discriminações e preconceitos associados ao gênero a escola tem o dever de ampliar e fomentar debates e discussões sobre valores humanos implementando a temática no Projeto Político Pedagógico, no currículo escolar e nas práticas pedagógicas cotidianas que levem o aluno ao reconhecimento enquanto sujeito de direitos, a capacidade de se indignar frente às injustiças. Essas são orientações transcritas na constituição que rege nosso país, LDB, ECA e outros documentos que estão em vigor em nosso país.

Diversas iniciativas, pautaram essas discussões no ambiente escolar em todo país, inclusive cursos dirigidos a professores referentes às relações de gênero que buscam desenvolver a capacidade de questionamento acerca da construção social de maneira mais confiante e mais saudável no reconhecimento do outro e a emancipação de ambos afirmado por Silva (1996):

A escola, mas principalmente sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, têm o dever de questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar. (SILVA, 1996, p. 49).

E para cumprir seu papel, a escola precisa se instrumentalizar de espírito crítico e conceitual para se posicionar com equilíbrio em um mundo de infinitas diferenças.

#### **4.GÊNERO: MAIOR MOTIVO DE DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS**

Pesquisas realizadas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe e publicada na Revista Educação em setembro de 2011 em escolas públicas de todo país com alunos, professores e demais funcionários revelam que há uma grande prevalência de discriminação por gênero (masculino/ feminino) e que, todos sem exceção, possuem algum tipo de preconceito. (REVISTA Educação, 2011).

Nesta abordagem, a escola é uma instituição ligada à sociedade que através do processo educativo são transmitidos às crianças os padrões de comportamento, as regras sociais, os valores éticos e morais e os costumes, bem como nas relações estabelecidas da igualdade de gênero com o objetivo de contribuir para a criação de ações que transformem a escola em um ambiente de promoção da diversidade e do respeito às diferenças.

Em complemento às análises do preconceito e da discriminação percebidos nas escolas, vale lembrar que muitas vezes certas atitudes resultam em situações em que pessoas são humilhadas injustamente sendo os alunos as principais vítimas.

Ao perceber essas situações no ambiente escolar seja em sala de aula ou nos momentos de atividades fora da sala e momentos de lazer como no recreio devem os professores trabalhar em sua sala de aula textos curtos e bastante simples que abordam as questões de gênero e sexualidade, atividades coletivas onde meninos e meninas possam trocar ideias sobre temas relacionados vídeos cartazes para afixar na sala e nas dependências da escola de forma a produzir em seu aluno a autoconfiança, aguçar sua autoestima e as ensinarem a serem capazes independente de seu gênero.

Outra ação tanto do professor e como de pedagogos e demais funcionários e estimular as crianças a se divertirem juntas em qualquer brincadeira e com qualquer brinquedo sem a separação dos alunos pelo gênero que podem ser realizadas tanto em sala de aula, nas aulas de Educação Física, durante o recreio e nos eventos realizados pela escola em que os alunos são protagonistas.

Quando essas atitudes acontecem através de práticas simples que fluem de maneira natural as ideias machistas vão desaparecendo da mente dos alunos também de forma natural.

Portanto, a discussão das questões de gênero e sexualidade na escola deve ter por objetivo principal a conscientização do aluno da diversidade que nos constitui.

Contudo, todos os formadores de opinião devem estar e se sentirem seguros na forma avaliarem e perceberem os alunos ali inseridos, mesmo que diversos papéis de gênero ainda são passados de geração em geração de maneira explícita, pois sabemos que preconceitos invisíveis e currículos camuflados também existem na educação.

Com relação à intensidade do preconceito, é notório que a desigualdade de gênero relacionada ao machismo causa grande impacto no aprendizado e na auto percepção de meninos e meninas que acabam abandonando a escola, o que gera uma grande evasão escolar relatada em documentos pelos professores e avaliada pela escola todos os anos.

No atual contexto escolar, um dos desafios enfrentados é trabalhar o conceito de gênero no que se refere a padrões de feminilidade e masculinidade, social e culturalmente construídas a partir das diferenças biológicas entre mulheres e homens. Faz-se necessário, portanto, investir na formação de professores e estudantes, proporcionando a eles novas visões de mundo para que, segundo Meyer e Soares (2004, p.116) a escola se torne um espaço da construção de uma educação democrática e inclusiva.

Nesse contexto é função da instituição escolar e a construção de sujeitos com diferentes identidades e com o pleno direito de exercer sua cidadania com respeito e dignidade.

#### **4.1 Papel da família e da escola**

Em diferentes épocas as famílias reagiram de forma muito particular diante de uma cultura diversa à sua. Nesta perspectiva os diferentes comportamentos que organizam a sociedade em relação às normas culturais, determinavam padrões de conduta aceitáveis ou inaceitáveis, o que colaborava para o processo de exclusão dos sujeitos (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2009).

A família por ser a primeira instituição a ensinar valores tem hoje um papel fundamental na luta contra o aumento de preconceito e discriminação quebrando o paradigma ideal de masculinidade dominante.

As pessoas adultas que fazem parte dessa nobre instituição e que já vivenciaram o preconceito e a discriminação entre os sexos masculinos e femininos, ao lidarem com as crianças devem perceber que podem reforçar ou diminuir as diferenças de gênero.

Em tese segundo vários especialistas e experiências vividas no cotidiano, estranhar o diferente é uma reação comum do ser humano, porém os pais, os primeiros educadores devem

intervir junto a seus filhos antes que estes sejam contaminados por juízos de valor negativo mostrando a eles que é preciso aceitar as diferenças para saber conviver em harmonia com todos.

Mas é preciso ressaltar a citação do psiquiatra Telmo Kiguel (2015, p. 2) que diz: "Se os pais são discriminadores dificilmente poderão seus filhos a não ter preconceito. Se não forem, servirão de modelo pela sua conduta e por aquilo que puderem transmitir verbalmente".

Diante desta constatação num primeiro momento lidar ou aceitar o diferente pode causar insegurança, curiosidade pelo fato de que vivemos em uma sociedade ainda movida por preconceitos e discriminações.

Porém se a criança aprende no seio familiar a aceitar que somos todos diferentes em algum aspecto ela aprender a lidar com essas questões e até mesmo a elaborar seus próprios conceitos.

Entretanto, sabe-se que no seio familiar ainda existe por parte dos pais a separação entre meninos e meninas quando dizem que isso ou aquilo não é coisa de menino, que meninas não podem jogar futebol, pois é coisa de homem, que meninos não podem ajudar na faxina da casa, pois é coisa de mulher.

Sabe-se também através de pesquisas e reportagens escrita e falada que a mulher mesmo exercendo a mesma função dos homens tem remuneração bastante inferior a dos homens e que ainda as mulheres possuem muito mais graduação que os homens e mesmo assim são menos valorizadas pelo mercado de trabalho.

Portanto, cabe a família da nova geração mudar esses conceitos ainda enraizados na nossa cultura, educando seus filhos para a igualdade seja ela de classe social, de gênero e de etnia.

Como bem se sabe, o Brasil é um país multicultural e socialmente desigual que segundo SERBINO E GRANDE (1995, p.7) refletem essa desigualdade no âmbito escolar tendo a escola a responsabilidade de favorecer a educação para a cidadania e de transformar a realidade de uma sociedade cheia de preconceitos e discriminação.

Para Louro (1997), a escola não é apenas um espaço para transmissão de conhecimentos, mas tem também a responsabilidade de construir sujeitos que colabore com a construção de identidades étnicas de classe e/ou gênero, valorizando o sujeito como cidadão.

A escola enquanto instituição de formação e ligação com a sociedade precisa cada dia mais promover a discussão sobre o assunto em seu interior, agindo para a superação das construções de gênero.

É fato observado que na escola se aprende a diferença. E para entender a questão da diversidade de gênero no espaço escolar o artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos contempla que:

Toda a pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletiva, em público ou em particular.

Nessa perspectiva, e pautando-se na realidade educacional e social brasileira os educadores devem assegurar de acordo com Favero e Ireland, (2007, p. 9). “A construção de uma efetiva agenda social para o Brasil que contemplem as diversas dimensões e níveis em suas necessidades específicas de aprendizagem transformando a realidade da exclusão social, com base no reconhecimento do diferente e da diversidade como riquezas a serem exploradas”.

Segundo Silva e Ribeiro (2007, p.13):

Um dos grandes desafios para a convivência social é encontrar maneiras de diálogo com o diferente. Por muito tempo se procurou encontrar o que os grupos têm em comum. No entanto, descobriu-se que além de ter algo em comum, se faz necessário que a convivência se dê também pela diferença.

Nesse sentido é importante ressaltar que a aceitação do outro, do diferente é um importante aprendizado e exercícios de convívio social devem ser valorizados como patrimônio cultural e histórico da humanidade, enfatizando as diversas expressões da diversidade existente.

Nesse cenário emerge a necessidade dos estados, municípios, e da comunidade escolar exigir qualificação docente e planejamento específico visando o pleno desenvolvimento do ser humano, como também contemplar no currículo em sua parte diversificada critérios didáticos norteadores, que leve o aluno a refletir cientificamente seus conceitos a respeito da valorização do diferente, com o uso da racionalidade.

Portanto o grande desafio para a educação em nossos tempos marcado pela diversidade é promover o respeito pelo outro como legítimo outro garantindo o respeito à diversidade, a pluralidade e o reconhecimento da importância de respeitar a individualidade de cada um superando assim, as barreiras dos preconceitos, atitudes que constroem um mundo hostil e intolerante.

Essas reflexões em busca de entendimentos, compreensão do assunto e uma possível maneira de tentar analisar a questão do preconceito de gênero nas escolas, serão estudadas com bastante afinco nesse trabalho, pois é uma questão que requer mesmo estudos, análises e muita reflexão.

Como Joan Scott, citada por Louro (1995) propõe que nós rejeitemos o caráter permanente da oposição entre os gêneros, pois se foram construções sociais, podem ser submetidas a mudanças que devem começar pela família que ainda é carregada de preconceito e discriminação em seus conceitos e valores sobre o ser humano.

Porém, se não for possível mudar os conceitos familiares torna-se fundamental o papel do professor que como mediador de situações de conflito deve ser o primeiro a combater o preconceito e a discriminação dentro da sua sala de aula, pois é ele um dos formadores de opinião de crianças e adolescentes.

A proposta de Joan Scott (2005, p. 12) citada por Louro vem de encontro com o que diz a professora da Universidade Federal do Paraná e doutora em psicologia social Tânia Baibich-Faria, que segundo ela é dentro da sala de aula que se pode combater a discriminação e que “O mais importante é reconhecer em si o preconceito e desenvolver competência de estar sempre alerta para lidar com isso.”

O que se sabe é que vários estudos já comprovaram que a discriminação e o preconceito deixam marcas profundas e por toda a vida, mas que temos uma instituição chamada escola que tem o dever de mudar essa realidade, onde todos pensem na educação além dos muros da escola.



## **5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **5.1 Caracterização da amostra**

O presente estudo caracteriza-se por ser descritivo que segundo Barros e Lehfeld (2007) realizam-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador, exploratório que de acordo com Gonçalves (2004) visa à descoberta, e a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não são aceitos apesar de evidentes e de natureza qualitativa que para Gil (2005) explicar e proporcionar um maior conhecimento de um sobre o tema estudado,

Deste modo, este estudo foi desenvolvido com (cinco) professores como idade 27, 30, 36, 39, 43 anos e (dois) pedagogos com idades de 37 e 42 anos todos residentes na cidade Ipatinga, Minas Gerais, identificada a partir da de uma entrevista semiestruturada. Participaram do estudo sete indivíduos, todos do sexo feminino. Para compor a amostra os indivíduos deveriam atender os seguintes critérios de inclusão: serem professores dos adolescentes e no caso dos pedagogos, trabalharem diretamente com esses professores.

O estudo foi realizado com professores e pedagogos que trabalham diretamente com adolescentes, matriculadas em 2015 no ensino regular de uma escola pública estadual da cidade de Ipatinga, Minas Gerais. Para tanto foi realizada entrevista junto aos professores e pedagogos, com perguntas relacionadas ao papel da escola na superação do preconceito e discriminação de gênero entre os adolescentes que estudam na escola.

Nesse estudo, as variáveis independentes foram à caracterização dos profissionais estudados, como: sexo, idade, nível de escolaridade e conteúdo que lecionam. Já as variáveis dependentes relacionam-se às concepções e crenças dos professores (as) em relação às questões do preconceito de gênero (masculino e feminino) e dificuldades encontradas pelos profissionais no exercício de sua função e se consideram a escola em que preparada para lidar com esse tipo de preconceito.

### **5.2 . Coleta de dados**

O instrumento utilizado na coleta de dados foi uma entrevista semiestruturadas que para Triviños (1987, p. 146) tem como característica fundamental questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, com 13 perguntas objetivas e subjetivas para os professores e 14 perguntas na linha para os pedagogos, as quais foram organizadas em torno da concepção da diferença de gênero

(masculino/feminino) com os principais temas: conceito de gênero discriminação e preconceito.

### **5.3 Material e equipamento**

Para a realização dessa pesquisa não foi utilizado nenhum equipamento, foi aplicado uma entrevista com questões básicas do cotidiano escolar aos professores e aos pedagogos para coletas dos dados necessários.

### **5.4 Procedimento experimental**

Os dados foram coletados no período de 02 de dezembro a 22 de dezembro de 2015, último dia de aula, utilizando como técnica a entrevista semiestruturadas, que foram realizadas na escola nos momentos de intervalo dos professores e pedagogos com o consentimento deles e da direção da escola. Por trabalhar na escola as entrevistas foram previamente agendadas de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado e teve em média a duração de 30 minutos.

No primeiro momento, os indivíduos foram esclarecidos sobre sua participação no projeto. Logo após foi aplicada a entrevista proposta no estudo, e as respostas foram registradas por escrito pelos próprios entrevistados que posteriormente foram analisadas para o endossamento das conclusões.

### **5.5 Processamento e análise de dados**

Para análise dos dados desse estudo foi utilizado a análise do conteúdo das entrevistas realizadas com os professores e os pedagogos, conversas informais com os pais durante a observação, como também observações próprias feitas durante as atividades fora da sala de aula e no momento do recreio onde todos se juntam para brincar.

## 6.RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 6.1 Resultado com os pedagogos

A entrevista realizada com as pedagogas possibilitou o levantamento da concepção que elas têm em relação às questões do preconceito de gênero (masculino e feminino). Elas foram unânimes em afirmar que esse tipo de preconceito ainda existe com muita clareza, pois sabem que na verdade os adolescentes já trazem de casa essa ideia de que menino é diferente de menina e que a escola ainda não está totalmente preparada para lidar com esse e nenhum tipo de preconceito e receber qualquer tipo de público. Disseram que ainda muitos recursos, como: palestras com especialistas tanto para alunos pais professores e comunidade e que na maioria das vezes todos os envolvidos no processo educacional são omissos a determinadas situações que acontecem não buscando resolver o problema.

Ressaltaram ainda que por não estarem preparadas para lidar com esse tipo de preconceito acabam colaborando de forma intrínseca com a violência que acontecem tanto na hora do recreio como após as aulas.

Porém, a escola para as professoras, em sua função social é caracterizada como um espaço democrático que deve oportunizar a discussão de questões sociais oferecendo caminhos para que os alunos adquiram mais conhecimentos a partir da compreensão sobre as diferenças corporais e sexuais criam na sociedade, ideias e valores sobre o que é ser homem ou mulher.

Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental na desmistificação destas diferenças em relação às identidades de gênero, ao invés de ser um lugar de práticas de desigualdades e de produção de preconceitos e discriminações se torna omissa em situações que acontecem visivelmente aos olhos de todos como destaca Louro (1997):

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização (LOURO, 1997, p. 57).

Contextualizando a fala da autora e pelas observações feitas na escola, realmente percebe-se a escola tem conhecimento dessas desigualdades e ainda mais, conscientes ou não,

produz essa desigualdade que acaba gerando preconceito e discriminação, fato que leva muitos alunos a abandonarem a escola antes de findar seus estudos.

## **6.2 RESULTADO COM OS PROFESSORES**

Após analisar a entrevista com as professoras notou-se que todas têm a mesma concepção em relação às questões do preconceito de gênero (masculino e feminino), ou seja, todas concordam que esse tipo de preconceito só vai ter fim quando a escola oferecer ao aluno condições para desmistificar as ideias preconceituosas já formadas em suas mentalidades e se desenvolver dentro de suas capacidades e que muitas mudanças ainda precisam ser feitas e muitos tabus precisam ser quebrados.

Disseram ainda que o ideal era que a escola pudesse proporcionar ao aluno condições para esse desenvolvimento, preparando o profissional de sala de aula e também os pais que na maioria das vezes colaboram para que seu filho seja preconceituoso e não aceite as diferenças, pois as preocupações dos professores ainda são ter competência profissional para estabelecer uma prática pedagógica capaz de atender todas as diferenças na sala de aula.

Relataram que mesmo buscando adaptações para suas aulas, sem o devido preparo, se sentem reféns do medo de fracassar como profissional e que consideram ser necessário um conhecimento específico para trabalhar as diferenças com este público que são os adolescentes.

Expuseram conviver com profissionais que ainda resistem dizendo que não estão preparados para trabalhar essas diferenças nas salas de aula e às vezes acabam deixando este assunto de lado para não criar atritos principalmente com os pais e a comunidade.

Nesse sentido, o artigo de Lívia Perozim, (2006) publicada na Revista Nova Escola pondera que:

Em um diagnóstico afastado do sexismo, estudiosos afirmam: meninos e meninas sofrem igualmente com a maneira como o masculino e o feminino são ensinados na escola, que poderia se tornar um ambiente de encontro entre eles e transformá-los em pluralidade (Perozim, 2006 p.48).

Pelo contexto citado pela autora através de atividades coletivas envolvendo ambos os sexos mostrando que acima do sexo está o fato de que todos são seres humanos sendo importantes de igual forma. E que, portanto, todos são capazes de realizar atividades propostas numa mesma igualdade.

Advertiram ainda que mesmo os meninos, na maioria das vezes comportam-se de forma agressiva, e as meninas serem mais organizadas e mais dóceis tanto a escola quanto os professores precisam repensar essa naturalização disciplinar de acordo com o feminino e o masculino, para que haja transformação da sociedade combatendo à discriminação e preconceito, culminando assim no desenvolvimento e aprendizagem de uma cultura democrática e participativa.

## 7.DISSCUSSÃO

A análise sobre as entrevistas demonstrou que os professores como transmissores do conhecimento têm grande importância na construção da cidadania, logo, necessitam estar preparados para a diversidade dos gêneros respeitando a individualidade de cada aluno, bem como para os impactos das escolhas de cada aluno que pode gerar graves problemas tanto para o aluno como para a escola como um todo.

Manzini, (2000, p. 02) afirma que a ideia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isto significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou cada grupo social. E essa é uma tarefa de toda a escola e também dos pais.

Quanto às professoras, o medo do fracasso diante da abordagem do assunto sobre diversidade de gênero é comum entre todas pela análise feita das entrevistadas. Elas se sentem despreparadas e perdidas quanto ao que ministrar a estes adolescentes sem causar problemas junto à família que ainda não demonstra muita aceitação de se falar abertamente sobre essas diferenças. Ressaltaram ainda a necessidade de mudanças também no modo como a escola conduz esse assunto, e reconhecem que podem fazer mais para contribuir com a inclusão como, por exemplo, o trabalho em conjunto com a família e a comunidade solicitando a presença e a participação dos pais e responsáveis pelos alunos.

Batista diz que (2011, pag.126):

[...] esse esforço de entendimento conjunto não caracteriza uma forma de orientação pedagógica do pedagogo para o professor, mas a busca de soluções que venham a beneficiar o aluno de todas as maneiras possíveis na tentativa de quebrarem paradigmas e mitos quanto à diversidade e não apenas passar o conteúdo escolar.

## 8. CONCLUSÃO

A partir desse estudo pode-se concluir que tanto pedagogas quanto professoras desejam uma escola inclusiva e aberta às diversidades onde todos os possam se desenvolver sua amplitude. Os profissionais apresentam ideias em comum, quando concordam que a escola é uma importante instância social de transformação da sociedade, e esta ainda não está totalmente preparada para lidarem com a diversidade, principalmente quando se trata do preconceito e discriminação de gênero.

Com este estudo buscou se investigar as relações de gênero na prática educativa de uma escola pública de Ipatinga. Porém foi imprescindível analisar alguns conceitos relacionados a questões de gênero na escola, buscando-se perceber a postura dos adolescentes na hora do recreio e a postura dos professores e dos pedagogos em relação ao comportamento de meninos e meninas. Sendo possível discutir pressupostos relacionados à discriminação e preconceito, igualdade de gênero e padrões de comportamento.

Apesar disso, em geral, os profissionais consideram a escola em que trabalham uma escola inclusiva, pelo fato de que se esforçam para que mesmo lentamente consiga quebrar esses paradigmas e mitos relacionados à discriminação e preconceito existente na escola reconhecendo não ser tarefa fácil e que demanda longo prazo, pois é preciso mudar a mentalidade não só dos alunos, mas principalmente dos pais e da comunidade em geral.

Vale ressaltar também que ainda persistem muitas dúvidas quanto a didática a ser utilizada e atividades desenvolvidas na sala de aula que abordam as relações de gênero como prerrogativas específicas de homens e de mulheres e que ainda na escola, existem professores que não possuem ideias formadas acerca destas relações o que dificulta uma reflexão por parte das mesmas sobre o assunto e sobre sua própria prática.

Enfim, a escola pode contribuir na superação de preconceitos e desigualdades através da implementação de projetos voltados para a mudança na concepção de gênero, possibilitando a construção de novas ideias e valores pautados em princípios de igualdade e justiça colaborando assim para assim o desenvolvimento de uma cultura democrática e participativa.

## 9.REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Lady Selma; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.
- ANJOS, Gabrielle dos. **Sociologias, Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências**. Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul. /Dez 2000, p.274-305.
- BAPTISTA, Cláudio Roberto. Sobre as diferenças e desvantagens: fala-se de qual educação especial? In.: MARASCHIN, C; FREITAS, L.B.L; CARVALHO, D.C. *Psicologia da educação: multiversos sentidos, olhares e experiências*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffman: **a dominação masculina revisitada** in: Lins, Daniel (org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas/SP: Papirus, 1998, p. 23.
- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998. 3 v.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural: orientação sexual**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP e A, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (ed. or. 1990).
- CLAM/IMS/UERJ. **Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica**, In: *Mulher e políticas públicas*, Rio de Janeiro: IBAM / UNICEF, 1991.
- CLAM/IMS/UERJ. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. **Gênero e Diversidade na Escola Formação de Professoras/ES em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro, 2009.
- FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis. (Orgs.) **Educação como exercício da diversidade**. Brasília: ANPED: 2007.
- FRASER, Nancy. Políticas femininas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero in: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2003, p. 59-78.
- HEILBORN, M. Construção de si, gênero e sexualidade. In: *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, V. 20 n. 2, p. 101-132. Campinas: 1995 (edição revisada).
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



- LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da educação globalizada**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.33-47.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- MATOS, Ualy Castro. **Identidade: territórios existenciais**. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/psicologia/identidade-territorios-existenciais.htm>  
Acesso em: 10 nov. 2010.
- MELLO, L. M. e ROMERO, E. A construção de gênero no contexto familiar. Revista motricidade. Nº 0 - Rio de Janeiro: 2000.
- MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: mediação, 2004.
- NAVARRO, Rodrigo Tramutolo. **A formação da identidade de gênero: um olhar sobre a Educação Física**. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis. 07. 28 a 30 de agosto de 2006.
- PEROZIM, Livia. Título do artigo. **Revista Nova Escola**. Ano 10 n.109, Maio, 2006, p. 48-61.
- PITANGUY, J. (2003). **Gênero, cidadania e direitos humanos**. In C. BRUSCHINI & S. G. UNBEHAUM (Orgs.), **Gênero, democracia e sociedade brasileira** (pp. 109-119). São Paulo: Ed. 34.
- RIOS, Luís Felipe. Homossexualidade no plural dos gêneros: reflexos para incrementar o debate sobre diversidade sexual nas escolas. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 97-111.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise**. In: Educação e Realidade v. 6 no. 2: Porto Alegre, 1990.
- SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de; SOUZA, Rosângela Silva de; ROCHA, Rosilene Oliveira da. Diversidade, diferença, desigualdade e educação. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 11-22.
- SILVA, Alan Marques da. Daolio, Jocimar. **Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: contribuições para uma pesquisa em busca dos significados**. 2007. Revista Movimento. Vol. 13, n. 1.
- SILVA, Sirlene Mota Pinheiro; ALBUQUERQUE, Zélia Souza. **Gênero e sexualidade na escola: uma abordagem necessária**. In: I Encontro maranhense sobre educação, mulheres e relações de gênero no cotidiano escolar, São Luís, MA. EDUFMA, 2008, p. 38-48.
- SILVEIRA, M. L. (1997). **Contribuições da perspectiva de gênero para o esboço de alternativas emancipatórias da sociedade**. In Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos (pp. 161-177). São Paulo: Imaginário.

## 10. ANEXOS

### ANEXO-1

QUESTIONÁRIO:

CONCEPÇÕES E CRENÇAS DOS PROFESSORES (AS) EM RELAÇÃO ÀS  
QUESTÕES DO PRECONCEITO DE GÊNERO (MASCULINO E FEMININO)

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Sexo  Masculino  Feminino

2. Idade: \_\_\_\_\_ anos

3. Cidade onde mora: \_\_\_\_\_

4. Nível de escolaridade:

Ensino médio completo

Superior incompleto  Superior completo

\*Especificar o curso de graduação

pós graduação incompleta  pós graduação completa

\*Especificar o curso de pós-graduação \_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo você atua como professor (a)?

menos de 1 ano  mais de um ano

6. Quais são as matérias que você leciona?

Gênero, masculino e feminino /educação

7. Em sua formação profissional, em algum momento você foi orientado (a) a como lidar com questões relativas ao preconceito de gênero?

sim  não

8. Além de sua formação acadêmica, você já fez algum curso de capacitação voltado para professores que incluísse a questão do preconceito relacionado ao gênero masculino e feminino?

9. Você acha que a sociedade atual espera coisas diferentes da mulher e do homem quanto à profissão, relações pessoais?

sim                       não                       não sei

\*Comente: \_\_\_\_\_

---

10. Em sua opinião, a escola colabora no desenvolvimento de habilidades e interesses diferentes em alunos e aluna?

sim                       não                       não sei

12. Quais seriam as habilidades e interesses diferentes estimulados pela escola em relação a meninos e meninas?

13. Você já presenciou alguma situação em sala de aula ou no recreio que fica explícito a diferença entre meninos e meninas?

sim                       não

\*Como foi?

---

---

---

## ANEXO-2

### QUESTIONÁRIO:

### CONCEPÇÕES E CRENÇAS DOS PEDAGOGOS (AS) EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DO PRECONCEITO DE GÊNERO (MASCULINO E FEMININO)

#### DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Sexo  Masculino                       Feminino
- 2.
3. Idade: \_\_\_\_\_ anos
4. Cidade onde mora: \_\_\_\_\_
5.  Superior incompleto                       Superior completo
6.  pós graduação incompleta                       pós graduação completa
7. \*Especificar o curso de pós-graduação \_\_\_\_\_
8. 5. Há quanto tempo você atua como Pedagogo (a)?
9.  menos de 1 ano                       mais de um ano

Gênero, masculino e feminino /educação

10. Em linhas gerais fale sobre sua formação profissional e seu trabalho como pedagogo (a). Como você avalia atualmente, a questão do preconceito de gênero?
11. Você percebe diferenças no comportamento dos alunos nos momentos de formação de grupos para o desenvolvimento de atividades propostas pelos professores? E na hora do recreio em relação as brincadeiras?

\*comente \_\_\_\_\_

12. Você já presenciou alguma situação no momento do recreio questões relacionada ao gênero? Que atitude você tomou? Como se sentiu?
13. Em sua opinião qual deve ser o papel da escola e como deveria lidar com as questões relacionadas ao preconceito que existe entre meninos e meninas?

Na escola em que trabalha existe algum projeto de educar para a diversidade? Como é realizado esse trabalho?

A escola deve fazer algo ou não a respeito? \*comente\_\_\_\_\_